

O MUSEU COMO LUGAR DE REPRESENTAÇÃO DO OUTRO

ALICE DUARTE

FACULDADE DE LETRAS DO PORTO

Procedendo à historiografia do conhecimento antropológico é legítimo equacionarmos o grau de associação/dissociação entre a antropologia e os museus antropológicos, relacionando-o com os diferentes mecanismos de objectivação do saber a que a disciplina recorreu ao longo do seu desenvolvimento. Centrando a nossa atenção sobre as duas últimas décadas, neste artigo propomo-nos analisar o recente movimento de reaproximação, verificado a partir do início dos anos 80, entre a antropologia e a instituição museológica/prática museográfica, equacionando-o com as reformulações disciplinares contemporâneas. Ou seja, relacionando-o com as rupturas epistemológicas e ideológicas contemporâneas e com o tipo de conhecimento antropológico a elas subjacente.

While working in historiography of the anthropological knowledge it appears as coherent to study the level of association/dissociation between anthropology and anthropological museums, relating this level to the different mechanisms of objectivation of knowledge which the discipline has been utilizing during its development. Focusing our attention on the two last decades, this paper aims to analyze the recent movement of approach of anthropology and the museological institution/museographic practice, which took place in the beginning of the 1980s, studying it together with the contemporary reformulations of the discipline. Thus relating the approach movement to the epistemological and ideological contemporary disruptions as well as to the type of anthropological knowledge they underlying.

A RENOVAÇÃO DOS ESTUDOS MUSEOLÓGICOS NOS ANOS 80

Apesar das variações segundo os diferentes contextos nacionais, com as suas influências intelectuais e institucionais particulares, e do facto da disciplina antropológica resultar ela própria de “uma imperfeita fusão de diferentes tradições de pesquisa: biológica, histórica, linguística, sociológica” (Stocking, 1982: 172), nas décadas de 50/60 do século XX a disciplina tinha atingido uma substancial unidade quer conceptual e ideológica quer metodológica, patenteando aquilo a que G. Stocking (ibidem) chama a “emergência da antropologia internacional”. Por esta altura, a disciplina antropológica como um todo é dominada pela *antropologia*

socio-cultural, podendo ser apreendida como uma entidade unitária cuja caracterização é possível definir a partir de um conjunto unificado de princípios teórico-substantivos e metodológicos. Ao nível substantivo, ainda que no período imediatamente a seguir à II Guerra Mundial alguns antropólogos, sobretudo americanos, tenham realizado as suas investigações em terreno europeu, a “antropologia internacional”, traduzindo o domínio da tradição anglo-americana, tem como seu foco substantivo o estudo do “Outro” extra-europeu. Ao nível teórico-conceptual a unidade é detectável quer no preterir das abordagens históricas quer na afirmação do valor de abordagens holísticas no estudo das entidades alvo do conhecimento antropológico. Esta convergência teórica sobre-

põe-se às especificidades inerentes a cada uma das escolas coexistentes, abrangendo não só a “antropologia social” britânica e a “antropologia cultural” americana, mas também o mais recente estruturalismo francês. Estreitamente relacionado com estes posicionamentos teórico-substantivos, o trabalho de campo com observação participante torna-se uma exigência metodológica genericamente aceite e praticada pelos antropólogos. A esta modalidade de investigação intensiva e inter-subjectiva é atribuído um valor fundamental quer para a formação do antropólogo quer para a constituição do conhecimento antropológico, tornando-se o *estilo de pesquisa* identificador da própria disciplina. Tendo como seu corolário o estudo monográfico, esta modalidade de pesquisa contribui para a apreensão das sociedades como entidades isoladas e únicas que se identificam pelas suas instituições e crenças particulares (Shelton, 1992).

Esta caracterização, ainda que genérica, da antropologia dos anos 50/60 permite-nos evidenciar o seguinte: o aparelho conceptual e metodológico emergente na antropologia dos anos 20/30, não só se consolidou nas décadas seguintes, como se tornou mesmo o genericamente identificador da disciplina como um todo. Nestas circunstâncias estavam criadas as condições para a manutenção, senão mesmo o reforço, da dissociação da antropologia relativamente aos museus e aos estudos de cultura material como mostraram, em termos mais gerais, M. Strathern (1988) e, atendendo mais especificamente ao contexto britânico, A. Shelton (1992). A ratificação dos pressupostos epistemológicos e metodológicos sancionadores de tal tendência dissociativa permitiu que ela se mantivesse, de facto, sensivelmente até à década de 70. A partir do início dos anos 80, no entanto,

aquela tendência inverte-se, passando a ser detectável um movimento de reaproximação da antropologia aos museus e à cultura material. Deixando para mais tarde a identificação das rupturas teóricas e ideológicas subjacentes a tal inflexão, importa por agora dar conta dos sinais de mudança que nos permitem perceber a sua existência.

Uma das manifestações mais evidentes daquela tendência reaproximativa é o recente re-interesse patenteado pelos antropólogos académicos relativamente à instituição museológica, o que contraria a partilha de competências mais ou menos rígida entre antropólogos e museólogos anteriormente existente (Duarte, 1997). Esse reinteresse desdobra-se em várias vertentes, traduzindo-se uma delas no estudo do museu enquanto instituição social. Nesta perspectiva, as actividades de colecta, conservação e exibição, tradicionalmente atribuídas ao museu, são equacionadas enquanto práticas culturais das quais importa perceber as subjacentes mensagens ideológicas, questionando-se quer a museologia em geral quer, mais especificamente, a museologia antropológica. Como exemplo deste tipo de abordagem, que traz os estudos do museu para a área dos estudos socio-culturais, podemos referir o trabalho de N. Merriman (1989), ou os de P. Bourdieu (1984; 1991)¹ que, partindo da análise da influência da classe social, da educação e do *habitus* na formação do “gosto artístico” e no comportamento dos visitantes, acaba caracterizando o museu como uma instituição social suportadora da ideologia capitalista. No mesmo sentido mas equacionando o papel dos museus na glorificação do colonialismo é de referir o artigo de E. Hooper-Greenhill (1989) e o texto de T. Bennet (1995).

¹ Ainda que estes ilustrem uma abordagem mais especificamente sociológica.

Desmultiplicando esta nova linha de abordagem, as actividades do museu tornam-se cada vez mais o alvo de análises críticas produzidas por antropólogos académicos. Sobre a prática expositiva do museu é assinalável o número crescente de trabalhos que, realizando detalhadas desconstruções de exposições museológicas concretas, das suas montagens e respectivos catálogos, debatem e questionam os aspectos ideológicos e políticos implicados nos modos de representação accionados no museu (Jordanova, 1989; Clifford, 1991; Bouquet, 1991; Arnoldi, 1992; Bal, 1992). Igualmente assinalável é o número de pesquisas realizadas por antropólogos sobre as práticas de colecta da instituição museológica. Podem-se referir quer trabalhos centrados no estudo da actividade de antigos colectores e/ou conservadores específicos (Jackins, 1985; Chapman, 1985; Mack, 1990), quer estudos que, de uma forma mais crítica, discutem as motivações dos antigos colectores (Clifford, 1988; Thomas, 1989), quer ainda outros que, em termos mais genéricos, questionam e discutem o carácter, muitas vezes ilícito, das expedições de colecta efectuadas pelos museus no passado (Jamin, 1982; Cole, 1985).

Uma outra das vertentes da atenção dispensada aos museus é o seu estudo em termos históricos. Dando-se conta de que a perspectiva museológica tinha sido negligenciada nos estudos relativos à história da própria disciplina, um número cada vez maior de investigadores antropólogos procede à historização da constituição e desenvolvimento dos museus de história natural e de antropologia, equacionando esses aspectos com momentos anteriores do desenvolvimento institucional e teórico da antropologia. No interior desta linha de abordagem é possível assinalar quer estudos mais especificamente centrados na análise de contextos nacionais

particulares (van Keuren, 1989, para a Inglaterra; Orosz, 1990, para os Estados Unidos; Harms, 1990, para a Alemanha; Dias, 1991, para a França), quer trabalhos cujo âmbito de análise é mais alargado, proporcionando um enquadramento genérico do desenvolvimento dos museus com a história passada da disciplina antropológica (Barber, 1980; Lurie, 1981; Horne, 1984; Stocking, 1985 e 1987). Em continuidade com esta linha de abordagem, mas levando-a mais longe, surgem ainda trabalhos que, associando uma profunda reflexão teórica à história dos movimentos dos museus, focam de modo mais específico as implicações ideológicas da "antropologia dos museus". O ponto central destas reflexões é a relevância atribuída à consideração do contexto político nos estudos históricos dos museus (Clifford, 1988; Ames, 1992).

Para além deste expressivo entusiasmo por aquilo a que genericamente podemos chamar os "estudos museológicos", nos anos 80, os antropólogos académicos manifestavam também um renovado interesse pelos estudos de cultura material. A revivificação desta área de estudos traduz-se na emergência de "uma revitalizada antropologia das coisas" (Appadurai, 1986: XIII), na qual o estudo dos artefactos em termos estéticos e/ou formais é substituído por inovadoras problemáticas de estudo. Em termos genéricos tais inovações podem ser apresentadas do seguinte modo. Enquanto as anteriores perspectivas de abordagem da cultura material partiam do pressuposto do valor intrínseco dos objectos, o que permitia atingirem-se avaliações "objectivas" dos mesmos sem levar em linha de conta as respectivas mudanças de contexto; as novas perspectivas de abordagem enfatizam o carácter contingente e relativo, no tempo e no espaço, do valor dos objectos, o que implica

passar-se a atribuir relevância teórica quer ao estudo dos movimentos históricos dos objectos (ou classes de objectos), quer à análise das contingências históricas, políticas e ideológicas, implicadas na sua avaliação e interpretação. Em função desta alteração de perspectiva, os estudos de cultura material orientam-se no sentido de uma nova história social dos artefactos, deslocando o seu interesse para tratamentos mais teóricos. Entre a literatura antropológica surgida a partir dos anos 80 é possível assinalar trabalhos centrados quer no debate das qualidades objectivas detidas ou não pelos objectos (Hodder, 1989; Tilley, 1990; Handler, 1992), quer na análise da produção e utilização de objectos enquanto emblemas de classe ou de identidade nacional e étnica (Trevor-Roper, 1983; Handler, 1985). Enquadrando-se na problemática geral do estudo das mudanças do estatuto, do valor e das interpretações dos objectos, surgem também trabalhos que exploram os aspectos da “descontextualização” ou “recontextualização” e “mercadorização” (commoditization) dos objectos (Appadurai, 1986; Hinsley, 1991; Thomas, 1991), assim como diversos outros reconstituindo biografias culturais de artefactos (Appadurai, 1986; Kopytoff, 1986).

Para além da existência de uma abundante, e sempre crescente, literatura antropológica versando diversos temas relacionados com a instituição museológica e o estudo dos artefactos, aquela tendência reaproximativa da antropologia dos anos 80 manifesta-se também ao nível da própria instituição académica. Uma evidência sintomática desse facto é a criação, na universidade e nos departamentos de antropologia, de “museum studies”, como aliás pode ser ilustrado pelo próprio panorama académico português. Outra é o facto daqueles departamentos universitários passarem a manter estreitas ligações

com instituições museológicas como acontece entre o Museu Pitt-Rivers e a Universidade de Oxford, cuja Licenciatura em Antropologia contempla uma variante em Museologia. Quer se trate de cursos de licenciatura ou de pós-graduação, o quadro institucional da sua criação, assim como os respectivos programas curriculares e conjunto de docentes que os leccionam, remetem de modo inequívoco para uma proximidade, antes inexistente, entre aquelas duas áreas de estudo.

Por outro lado, a própria actividade expositiva dos museus, antes não merecedora de qualquer atenção por parte dos antropólogos académicos e nesse sentido relegada enquanto alvo de reflexão antropológica, alcança agora legitimação académica. Publicações antropológicas especializadas, como as revistas *American Anthropologist*, *Gradhiva* ou *Terrain*, passam a incluir nos seus números secções dedicadas à recensão de exposições concretas, realizadas pelos mais diversos museus nacionais e estrangeiros.²

Perante o conjunto de ocorrências e inflexões acabadas de relatar, parece-nos indiscutível a constatação da inversão, sensivelmente a partir dos anos 80, da anterior tendência dissociativa da antropologia relativamente aos museus e à cultura material. Partindo dessa constatação o nosso objectivo central é, então, identificar e explicitar as linhas de ruptura, epistemológicas e ideológicas, subjacentes a tal inversão. Podemos desde já adiantar que a clarificação dos factores que contribuem para aquele movimento reaproximativo implica a consideração de

² Ainda que não perseguindo exactamente os mesmos objectivos não deixa de ser sintomático que a própria revista *ANTROPOlógicas*, em que agora escrevemos, tenha uma secção intitulada *Apresentação de um Museu*.

transformações ocorridas em ambas as entidades, assim como das suas interferências mútuas. Por uma questão de comodidade expositiva, no entanto, dessa mistura de factores abordaremos em primeiro lugar aqueles cujas repercussões mais directamente se fizeram sentir ao nível do campo antropológico.

A DESCOLONIZAÇÃO E SUAS REPERCUSSÕES

Iniciando a análise desses factores importa referenciar as alterações do panorama político-social e ideológico mundial ocorridas com o fenómeno da descolonização. O domínio colonial europeu, que se tinha mantido por longos anos e até reforçado com especial vigor no período de afirmação da “antropologia internacional” antes caracterizada, entra rapidamente em total ruptura. Independentemente de em muitos casos ele ter sido substituído por situações de neo-colonialismo económico, o facto é que a independência política das ex-colónias europeias implicou alterações significativas nas relações entre os países ocidentais, donde eram originários os antropólogos, e as sociedades que tradicionalmente se tinham constituído como o seu objecto de estudo. Além disso, a descolonização trouxe também grandes transformações nas próprias condições socio-culturais, económicas e políticas dos territórios agora independentes. Por um lado, os anteriores “povos tribais” surgem agora incorporados em Estados-nação que se esforçam — mau grado a existência de tensões e lutas internas, ou por isso mesmo — por construir e desenvolver identidades nacionais unificadas. Por outro, na tentativa de se libertarem da dependência económica herdada do regime colonial, estes novos países procuram alterar

as tradicionais estruturas técnico-económicas, o que por si só não pode deixar de implicar transformações múltiplas também nas restantes estruturas socio-culturais.

Para o que aqui nos interessa podemos resumir sinteticamente os efeitos da descolonização a alguns aspectos. Em primeiro lugar, dado que as relações de poder foram completamente alteradas, no contexto pós-colonial passa a haver mais restrições ou maiores dificuldades de acesso aos terrenos empíricos tradicionais da investigação antropológica. Em segundo lugar, de uma forma relativamente brusca, emergem unidades nacionais que poderíamos designar por “sociedades mistas”, *i.e.*, países onde lado a lado passam a coexistir elementos organizativos e socio-culturais característicos das “sociedades modernas” e das “sociedades tradicionais”, sem que o conjunto obtido seja, no entanto, idêntico aos modelos anteriormente conhecidos de cada uma delas. É a emergência do Terceiro Mundo e dos “países em vias de desenvolvimento”. Em terceiro lugar e conseqüentemente, os “povos primitivos” ou “povos tribais” como tal anteriormente definidos *desaparecem*, surgindo esses grupos incorporados em novas unidades políticas. Por fim, poucos anos depois da independência daquelas novas nações, a Europa que até aí se tinha mantido essencialmente como centro de emigração passa a lugar de destino de imigrantes vindos das suas ex-colónias.

Se, como Geertz (1983), aceitarmos que a disciplina antropológica é uma “instituição cultural”, *i.e.*, uma entidade fatalmente situada num tempo e num espaço, facilmente somos levados a reconhecer a inevitabilidade daquelas novas realidades influírem nos desenvolvimentos

posteriores da disciplina. Ao nível da definição do objecto de estudo deixa de ser "(...) realista, sequer normativamente, olhar a recuperação do puro, da incontaminada «alteridade» não-europeia como o foco substantivo privilegiado da investigação antropológica." (Stocking, 1982: 176). Perante esta nova situação, que alguns (Fabian, 1983; Clifford, 1986) designam como "a crise do objecto de estudo", a disciplina movimenta-se no sentido do alargamento desse objecto que passa agora a englobar também o estudo das sociedades complexas. Este alargamento não significou, obviamente, a exclusão do anterior objecto de estudo e mesmo na antropologia "at home", dado o facto das sociedades ocidentais terem passado a incluir como suas partes componentes minorias étnico-culturais não-europeias, o interesse por esse "Outro" pôde manter-se. Para além, no entanto, da possibilidade dos antropólogos realizarem as suas investigações centrando-as ou não no estudo do "Outro" extra-europeu, o que aquela ampliação do objecto de estudo claramente facilita é uma percepção mais abrangente e menos isolada das sociedades e dos fenómenos socio-culturais. Ou seja, a nova abrangência do objecto de estudo favorece a emergência de uma nova noção de *globalidade* que, extravasando a anterior concepção atomista e compartimentada das sociedades, ou tipos de sociedade, remete agora para as intrincadas articulações entre o local e o global ao nível do planeta. Por outro lado, em concomitância com o alargamento substantivo, a própria realidade mundial pós-colonização facilita a percepção da interdependência dos fenómenos que afectam as diferentes sociedades e que é aliás traduzida pelo novo conceito de *globalização*. Se até aí a vigência do sistema colonial tinha permitido manter extensas áreas do globo como que

secundarizadas e sem participação directa na cena internacional, com o fim do colonialismo a conjuntura política e económica mundial passa a ter que contar com um número considerável de novos intervenientes. Simultaneamente, o reposicionamento das relações de poder entre as nações conduz à extinção das anteriores zonas de influência exclusiva de alguns países sobre outros e ao crescimento, em diversidade e complexidade, das relações entre os diversos Estados. Além disso, as rápidas transformações socio-culturais e económicas porque passam as nações recém-independentes vêm demonstrar o quanto a sua "imobilidade" anterior era condicionada pela sua situação de colónias.

O facto de todas estas mudanças e suas múltiplas consequências, nacionais e internacionais, terem sido desencadeadas por um único fenómeno, que foi o processo de descolonização, obriga como que ao confronto com a evidência de que entre o local e o global, assim como entre o presente e o passado, as interdependências são múltiplas e relevantes. Neste sentido, a descolonização ela própria contribuiu para a emergência de uma nova percepção dos fenómenos socio-culturais que, ao implicar a adopção de novas perspectivas de abordagem, gerará um movimento de reorientação teórico-conceptual na disciplina antropológica. Ou seja, o entendimento de que é necessário atender às múltiplas, dinâmicas e complexas relações existentes entre as sociedades, acaba por desencadear a ruptura do quadro teórico estruturo-funcionalista.

O quadro teórico-conceptual até aí dominante assentava no primado das estruturas, sociais ou mentais, vistas como constrangedoras dos comportamentos individuais e elegia, portanto, a identificação e a explicação do funcionamento

dessas estruturas como o seu objectivo primordial. O seu carácter exclusivamente sincrónico e o facto das práticas e simbolizações sociais, mesmo que variáveis, serem apreendidas em todos os casos como reproduções das estáveis estruturas sociais³ tem como seu reverso, por um lado, a não concessão de pertinência epistemológica à análise das possíveis mudanças ou transformações do sistema social e, por outro, a apreensão da realidade socio-cultural como uma realidade fechada sobre si mesma. Dito de outro modo, a adopção do quadro teórico estruturo-funcionalista tinha conduzido a uma concepção dos sistemas sociais vistos essencialmente como estáticos e à sua apreensão como entidades auto-suficientes aos quais era possível aceder através do conhecimento isolado da sua respectiva cultura.

Em termos genéricos⁴ e para o que aqui nos interessa, que é a identificação dos factores que contribuíram para a reaproximação da antropologia aos museus, a ruptura teórico-conceptual operada nos anos 60 assenta na inversão de um pressuposto fundamental: entre o social e o individual há uma interdependência constante. Ou seja, embora os comportamentos dos actores sociais sejam condicionados por determinações sociais, as suas acções passam a ser percebidas como capazes de provocar transformações e mudanças no sistema social. O quadro teórico-conceptual emergente passa a explicar a produção do social pela acção dos

agentes sociais que interagem entre si, constringidos agora pelas redes de relações sociais em que participam. Tal redefinição teórico-conceptual traduz-se na adopção de novas perspectivas de abordagem dos fenómenos socio-culturais, conduzindo uma delas àquilo a que podemos chamar a *reabilitação da diacronia* como instrumento de saber antropológico. — Conceber a acção dos actores sociais como potencialmente geradora de mudanças sociais implica perceber os sistemas sociais como entidades essencialmente dinâmicas e em constante transformação, em relação aos quais uma perspectiva exclusivamente sincrónica de abordagem só pode ser redutora e insuficiente. A consideração da dimensão temporal surge, portanto, como necessária para que se possa aceder a uma realidade apreendida essencialmente como dinâmica. Por outro lado, conceder relevância teórica à interacção dos agentes sociais implica também apreender os fenómenos sociais como não-redutíveis a quaisquer estruturas formais em função das quais os seus significados seriam revelados. Se a sociedade é concebida como uma rede complexa de sub-sistemas que mantêm entre si relações mais ou menos fluidas e em constante mobilidade, a explicitação e compreensão dos fenómenos sociais só pode ser atingida pela elucidação do sentido daquelas relações e daquela mobilidade. Ou seja, a inteligibilidade dos fenómenos sociais, dado o seu carácter iminente-dinâmico, depende da elucidação dos contextos ideológicos e políticos que enquadram e/ou desde há tempos vêm enquadrando a acção dos agentes sociais. Concluindo, a ruptura do quadro teórico estruturo-funcionalista traduz-se, por um lado, na reinserção da importância da história e, por outro, no surgimento de problemáticas que concedem especial atenção aos condicionalismos ideológicos

³ No caso específico do modelo teórico estruturalista, elas remeteriam para as estruturas mentais do pensamento humano, mas tal diferença para a questão em análise não é significativa.

⁴ Isto é, não atendendo às especificidades de cada um dos modelos teóricos surgidos depois dos anos 60, cuja proliferação é aliás significativa: dinamista, interaccionista, interpretativista, pós-estruturalista, pós-moderno...

e políticos. Passamos, portanto, a estar em presença daquilo a que G. Stocking refere como a mudança do quadro teórico da antropologia "(...)em direcção a problemas mais sociológicos e históricos." (1982: 177).

Por definição dependentes das opções teórico-conceptuais, as posições metodológicas não podem deixar de sofrer reajustamentos por forma a que em termos de investigação concreta aquelas novas problemáticas possam ser equacionadas. Para além do recurso a fontes escritas que o próprio alargamento substantivo possibilita e da exploração de diversos materiais históricos, incluindo por vezes a re-análise de anteriores colectas etnográficas, a concessão de importância à dimensão temporal implica a introdução de algumas modificações na própria prática da observação participante. Segundo a fórmula tornada clássica desde B. Malinowski, a observação participante assentava de modo exclusivo na abordagem sincrónica pelo que, suprimindo o factor tempo, impossibilitava a análise dos processos evolutivos e conduzia à construção de um modelo geral identificativo da cultura e da sociedade. Designando esta modalidade de exercício da observação participante por "método da ilustração adequada", M. Gluckman (1959 e 1963) propõe a sua substituição pelo "método de casos", consistindo este na consideração de uma série de incidentes específicos que afectem as mesmas pessoas e/ou os mesmos grupos durante um longo período de tempo. Deste modo seria possível verificar de que forma aqueles incidentes estão ligados ao desenvolvimento e à mudança das relações sociais entre essas pessoas e/ou grupos, inserindo a análise de tais transformações no quadro do seu respectivo sistema socio-cultural. Esta modificação no exercício da observação

participante reorientando-a para a análise de uma série de "casos" ligados uns aos outros e, portanto, processados na mesma área da vida social, tem subjacente a substituição da anterior observação de uma "sociedade" pelo estudo de um "campo social" concreto, assim como a substituição das anteriores descrições monográficas, incapazes de dar conta dos dinamismos sociais, pela análise dos processos sociais que se desenvolvem no tempo.

Ao longo dos últimos parágrafos tentamos dar conta das alterações substantivas, teóricas e metodológicas ocorridas na disciplina antropológica nos anos imediatamente posteriores ao processo de descolonização, relacionando aliás essas alterações com este fenómeno político. Acontece, porém, que nem as reformulações internas da disciplina se resumem àqueles aspectos nem os efeitos da descolonização se reduzem às transformações socio-políticas e económicas referidas. Para lá destas mudanças, sem dúvida significativas e favorecedoras das redefinições teóricas e metodológicas antes enunciadas, é necessário atendermos também ao novo contexto intelectual e ideológico que, activado pelos acontecimentos pós-coloniais, conduzirá pelo final dos anos 70 a uma ruptura epistemológica. Incrementada por uma profunda reflexão sobre os próprios fundamentos do conhecimento científico, essa ruptura traduzir-se-à na ultrapassagem do paradigma positivista.

Caracterizado por uma posição fortemente crítica em relação ao colonialismo, o novo contexto ideológico e intelectual promove na disciplina uma ampla auto-reflexão centrada na discussão do papel da antropologia enquanto suporte ideológico do sistema colonial. Embora a discussão não seja pacífica nem o sentido das

suas conclusões unânime,⁵ o que surge como inegável da controvérsia gerada é uma reavaliação profunda das posições teórico-conceptuais até aí dominantes, sobretudo ao nível das suas implicações ideológicas e epistemológicas. Percebendo, ou não, o anterior quadro teórico-conceptual da disciplina, sobretudo o modelo funcionalista, como “(...) o contraforte ideológico de um colonialismo maduro (...)” (Stocking, 1982: 176), o que genericamente se passa a reconhecer é que o anterior tratamento das “sociedades tribais” como entidades isoladas e passivas em relação ao processo histórico mundial, sendo um tratamento reducionista foi ele próprio condicionado pela situação colonial. Ou seja, desta discussão interna resulta sobretudo uma maior auto-consciência de que o conhecimento antropológico é, também ele, um produto historicamente condicionado, cujas orientações problemáticas dependem de influências históricas e ideológicas específicas.

Invertendo o ângulo de análise podemos perceber o quanto este novo contexto intelectual reforça o sentido das reformulações teóricas antes enunciadas: por um lado e implicando o

que designamos como *reabilitação da diacronia*, a reinserção da história e, por outro, o equacionamento atento dos condicionalismos ideológicos e políticos. Mas com este novo contexto intelectual impõe-se a consideração dos processos históricos e seus correlativos campos de forças ideológicas não apenas para que desse modo se possa alcançar um conhecimento mais válido dos fenómenos sociais, dando conta do seu carácter dinâmico e do sentido desse dinamismo, mas também porque a consideração daqueles factores surge como fundamental para que se possa apreender as influências históricas e ideológicas que condicionam a própria produção do saber antropológico. Ou seja, na antropologia dos anos 70 a reabilitação da diacronia tem subjacente o reconhecimento da importância da história quer como processo quer como modo de conhecimento antropológico. A reacção contra o sincronismo estruturo-funcionalista é acompanhada por uma nova postura epistemológica, verificando-se para além da superação dos anteriores modelos teóricos a emergência de um paradigma pós-positivista na antropologia.

⁵ Veja-se, por exemplo, a diferença significativa entre G. Stocking (1982 e 1985) e J. Clifford (1986 e 1988). Enquanto primeiro lamenta que o “humanismo crítico do «espírito antropológico»” (1982:176), antes usado sem controvérsia e eficazmente, por exemplo, na luta contra o Nazismo, seja agora percebido como uma “espécie de neo-racismo justificador do atrasado estádio techno-económico dos povos colonizados” (ibidem: 177), e atribui tal *bouleversement* ideológico à ambição de uns tantos antropólogos marginais que se arrogam o papel de mediadores “entre a cultura dominante na qual tinham sido produzidos e os dominados que por profissão escolheram identificar” (ibidem); o segundo, pelo contrário, não só aceita como indesmentível que a antropologia suportou as relações de poder estabelecidas pelo colonialismo como também, e por isso mesmo, fala repetidamente do actual “sentimento de crise de consciência” (Clifford, 1986: 36) que não pode deixar de assolar a disciplina.

A CRÍTICA AO CIENTISMO POSITIVISTA E A VALORIZAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO

Nas décadas de 70 e 80, as preocupações epistemológicas que atravessam várias áreas disciplinares surgem unidas por uma crítica geral ao cientismo positivista. A tendência é agora de reacção contra a concepção da actividade científica como absolutamente objectiva (Ong, 1982; Levine, 1993), *i.e.*, como uma actividade completamente desinteressada e desligada da realidade histórica e social em que é produzida. Ao considerar os “factos” como “naturais”, não

questionando portanto o seu carácter de factos e vendo-os como intemporais, o discurso científico positivista usou a "objectividade" para naturalizar o que era socialmente construído. A objectividade não é uma categoria absoluta e universal; ela varia em função dos diferentes momentos históricos, dos diferentes campos disciplinares e, dentro destes, segundo as respectivas formulações dos objectos de estudo, sendo necessário portanto considerá-la como uma categoria historicamente situada. A actividade científica não é conduzida por uma lógica pura e absoluta, sendo antes modelada pela situação económica, social e política do contexto cultural em que está inserida. Em resumo, porque faz parte de um determinado quadro cultural, a ciência é uma produção cultural que como tal participa na construção e veicula visões da sua época.

Reproduzindo o sentido destas preocupações epistemológicas, na disciplina antropológica o modelo do cientismo positivista é questionado a partir do final dos anos 70, essencialmente através das correntes interpretativas pós-estruturalistas. Simplificando, podemos afirmar que até C. Geertz (1973) o conhecimento antropológico era concebido como reprodução do mundo observado, descrevendo a realidade socio-cultural enquanto tal. Ainda que depois dos anos 20/30 os artefactos tivessem deixado de ser os "factos" por excelência da pesquisa antropológica (Strathern, 1988), os antropólogos continuavam a atribuir aos dados resultantes da observação participante o estatuto de *factos objectivos e intemporais* que reproduziam apenas e tão só o real. Os esforços metodológicos iam no sentido da recolha desses factos empíricos, tidos como a base segura e verdadeira da objectividade do saber antropológico. Com a corrente interpretativa instaura-se o cepticismo quanto à

possibilidade de descrever a realidade enquanto tal. Qualquer descrição socio-cultural, ainda que proveniente da observação participante, não é senão uma representação/interpretação da realidade, enquadrada pela ponto de vista do antropólogo e pela tradição teórica em que ele se insere.

O abandono da ideia de que os relatos etnográficos são dados objectivos tem como seu reverso a preocupação com os modos de representação do conhecimento antropológico. Este, como o de qualquer outra área disciplinar, é um conhecimento implacavelmente datado, em relação ao qual importa, portanto, perceber e/ou denunciar os seus fitos ideológicos. Se até C. Geertz podíamos identificar a antropologia como o estudo do Outro, com a perspectiva interpretativa ela tende a focalizar-se na interpretação das representações do Outro, sendo essa tendência levada ao seu extremo pelo movimento pós-moderno. Este, como última etapa das antropologias interpretativas, centrará os seus esforços na análise dos aspectos discursivos da representação cultural elaborada pela antropologia. P. Rabinow a propósito de um dos antropólogos mais representativos desta corrente pós-moderna afirma: "O Outro, para Clifford, não é mais do que uma representação antropológica." (Rabinow, 1985: 94). Ou seja, através da sua "meta-antropologia textualista" (ibidem: 95) o que J. Clifford faz é analisar as interpretações que os Outros-antropólogos elaboram sobre a realidade e as representações dos Outros-nativos.

Não prestando atenção aos radicalismos de autores como Stephan Tyler (1986) que proclamando a caducidade da ciência em geral propõe

uma epistemologia irracionalista, e ultrapassando as contribuições de antropólogos como Vincent Crapanzano (1980) ou Paul Rabinow (1977) que centrando-se na redefinição da *praxis* antropológica propõem o exercício de uma nova “etnografia experimental”, podemos caracterizar a antropologia pós-moderna como uma corrente centrada sobretudo na análise crítica dos modos de representação do conhecimento antropológico.⁶ Realizando uma profunda crítica — ou na sua própria terminologia uma “desconstrução” — dos recursos retóricos e “autoritários” da etnografia convencional e do discurso antropológico em geral, esta “antropologia da antropologia”, como por vezes é designada, promove uma maior consciencialização do carácter socialmente construído e parcial do conhecimento antropológico. Nem a cultura é um corpo unificado de símbolos e significados a que possamos atribuir uma significação definitiva, nem as interpretações sobre ela elaboradas pelos antropólogos são “completas” e muito menos neutras (Clifford, 1986). No processo de construção do conhecimento antropológico participam também factores políticos, sociais e históricos dos quais importa perceber as implicações ideológicas e políticas.

No prosseguimento das reflexões abertas por J. Fabian (1983), a desconstrução dos modos de representação do conhecimento antropológico permitiu também evidenciar o quanto a base epistemológica do paradigma positivista assentava numa lógica visual. Reproduzindo o modelo das ciências naturais, a disciplina antropológica desde sempre tinha enfatizado a visualização como o elemento essencial para a aquisição do conhecimento sobre o Outro: primeiro, através

da observação dos seus objectos; depois, através de informações recolhidas visualmente durante o exercício da observação participante. A institucionalização do trabalho de campo intensivo origina uma representação etnográfica — a monografia — cujas categorias analíticas são elas próprias fundamentadas na visão e em metáforas visuais (Clifford, 1988). O antropólogo procura legitimar cientificamente as suas formulações pela demonstração inequívoca de que “esteve ali” (Geertz, 1983), *i.e.*, porque pôde observar *in loco* aquilo de que fala as suas interpretações são objectivas. Radicando na tradição positivista que estabelece uma correspondência directa entre o observado e o verbalizado, *i.e.*, uma adequação total e completa entre a linguagem que verbaliza a realidade observada e essa realidade, aquela eleição da *observação* como o instrumento metodológico essencial da objectivação do conhecimento antropológico deu origem ao “realismo etnográfico” (Marcus e Cushman, 1982). Caracterizado pela utilização do presente do indicativo — o presente etnográfico — o género de escrita realista é detectável quer em descrições textuais como as monografias, quer em descrições não-textuais como as etiquetas dos museus. Para além de implicarem uma concepção da realidade como uma realidade *vista* e reproduzida tal qual é, essas descrições realistas suspendem a dimensão histórica, fazendo surgir as sociedades a que se referem como suspensas no tempo. Seguindo de perto a teoria construtivista de R. Rorty (1979) que questiona a capacidade de descrever o real e defende a necessidade de abandonar a tradição filosófica ocidental que associou estreitamente linguagem e realidade, o movimento pós-moderno promove uma crítica ao modelo visualista da antropologia. Para os construtivistas as descrições são sempre representações da

⁶ Como principais representantes desta orientação pós-moderna podemos referir James Clifford, George Marcus, Marilyn Strathern e Michel Fischer, entre outros.

realidade: descrevemos não o real mas as representações que temos dele, sendo que a descrição é ela própria da ordem da representação. Dado o carácter metafórico e convencional da linguagem, as descrições por ela produzidas têm uma natureza arbitrária (ibidem: 368), e elas reproduzem não a realidade mas antes o modo como pensamos essa realidade. Assim sendo, “os textos etnográficos são inevitavelmente alegóricos (...)” (Clifford, 1986: 153), ou seja, os antropólogos escrevem sobre culturas mas não as retratam. “A alegoria faz-nos afirmar que qualquer descrição cultural não representa isto ou aquilo mas que se trata de «uma história acerca disso...».” (ibidem: 155).

Em síntese, na disciplina antropológica a desconstrução do paradigma positivista traduziu-se no questionar quer do holismo quer da neutralidade do conhecimento por ela produzido. Ao reconhecer o carácter socialmente construído e historicamente situado desse conhecimento, assim como a impossibilidade das descrições culturais reproduzirem a realidade socio-cultural tal qual ela é, o novo quadro epistemológico e ideológico da antropologia reconhece também o carácter não universal e não neutro em absoluto do saber que produz. Aquilo que em determinado momento é apresentado como uma “totalidade”, para além de ser uma interpretação — e não uma reprodução — do real, tem sempre também um carácter fragmentário. Para reduzir estas limitações a única via possível parece ser levar em consideração os contextos históricos, políticos e ideológicos em que tal conhecimento é produzido, não descurando os aspectos internalistas do próprio desenvolvimento disciplinar.

Com a análise do impacto da descolonização e da ruptura do paradigma positivista na

disciplina antropológica pretendemos explicitar o conjunto de reformulações internas que, processando-se na disciplina ao longo de duas décadas, possibilitaram nos anos 80 a sua reaproximação à instituição museológica e às colecções. Num tempo caracterizado pela revalorização do político e da epistemologia, em que a disciplina se vê envolvida por uma constante teorização sobre as limitações do seu próprio saber, o interesse pelos museus é uma das resultantes daquele novo quadro epistemológico e ideológico dominado, agora, pela problemática interpretativa. Ou seja, nos anos 80 a atenção dos antropólogos dirige-se para o Museu porque ele emerge, agora, como lugar de representação do Outro, onde é possível descortinar momentos da própria história do desenvolvimento da antropologia. Sendo uma instituição cultural ocidental, a história das suas actividades e colecções “(...) é central para uma compreensão de como aqueles grupos sociais que inventaram a antropologia se *apropriaram* de coisas, factos e significações exóticas.” (Clifford, 1985: 240). Atingimos assim o ponto fulcral da nossa análise: a recente reaproximação da antropologia aos museus. Nos anos 80, estando o quadro teórico e epistemológico orientado para a consideração dos contextos históricos e políticos reconhecidos como condicionadores das representações antropológicas produzidas, a aproximação aos museus radica na intenção de proceder à análise das noções teóricas e/ou mensagens ideológicas que foram e são dadas a ver através das suas colecções e exposições, assim como pensar e pôr em questão o próprio mundo contemporâneo. Dito de outro modo, o reinteresse pela instituição museológica assenta na percepção de que “(...) todos os museus são exercícios de classificação” (Jordanova, 1989: 23) nos quais, portanto, não são apenas os

objectos em si que comunicam significado, mas também e sobretudo o ordenamento e arranjos impostos a esses objectos. Porque são “casas classificadoras” (ibidem), aquilo que os museus mostram é altamente selectivo e os objectos conservados e exibidos, longe de serem “factos” objectivos, são antes suportes de grupos de ideias que através deles se transmitem.

Esclarecido este ponto, percebemos agora mais claramente o sentido e o intuito das reflexões antropológicas produzidas sobre os museus e a cultura material, referidas na primeira parte deste artigo. Encarando o museu como uma instituição cultural, as suas práticas expositivas podem ser olhadas como construções de histórias, como narrativas que longe de serem neutras são antes condicionadas pelos contextos político e ideológico em que estão inseridas. “A exposição é um acto político. O patrocínio é um acto político. A curadoria é um acto político. Trabalhar num museu é um acto político.” (Ames, 1991: 13). Suportadas por uma posição fortemente crítica em relação ao sistema colonial, assim como ao papel da antropologia enquanto suporte ideológico das relações de dominação daí resultantes, as recentes reflexões antropológicas sobre os museus interessam-se sobretudo pelos “sub-textos” (Vergo, 1989: 3), que compreendem por vezes mensagens contraditórias, subjacentes a todas as actividades da instituição: colecta, conservação e exibição de artefactos. Ao realizar essas múltiplas tarefas o museu efectua escolhas que são julgamentos de valor, não exclusivamente determinados pelas tecnologias museológicas, mas também por opções ideológicas e políticas de que importa, portanto, não só perceber o sentido mas também as implicações. Dito de outro modo, a apresentação museográfica é, agora, assunto merecedor de extensa atenção

crítica exactamente porque é entendida como uma actividade implacavelmente datada e pertencente a uma época. Ao museu e às suas práticas não pode ser concedido o privilégio da neutralidade e/ou da universalidade porquanto o que nele se pode ver são representações/interpretações.

Paralelamente a este quadro pós-positivista que orienta a atenção crítica dos antropólogos para a desconstrução dos “sub-textos” produzidos pelo museu, também o quadro político e ideológico pós-colonial estabelece um novo contexto de discussão das actividades da instituição museológica. Para além da maior consciência política e ética das implicações do seu trabalho por parte dos antropólogos em resultado da crítica geral ao colonialismo que envolve a disciplina, o desenvolvimento das nações “subdesenvolvidas” e a maior capacidade de auto-afirmação dos grupos étnicos obrigam a reequacionar algumas práticas daquela instituição, estendendo-se a actual crítica à própria forma de designar os objectos que é discutida e alterada. As relações tradicionalmente estabelecidas no museu entre os objectos e as culturas que eles dariam a ver, para além de toda a discussão em torno do seu carácter fragmentário e do tipo de representações assim produzidas, são questionadas também pelo facto de através delas esses Outros surgirem como que suspensos no tempo, segregados da história mundial sem se equacionar as relações de poder a que estiveram submetidos. Reequacionados também em termos políticos, os museus são agora olhados como instituições que senão legitimaram pelo menos beneficiaram do sistema colonial. Do debate assim gerado um dos pontos mais controversos é a acusação de expropriação cultural genericamente praticada no passado

por todos os museus, já que a esmagadora maioria dos artefactos que detêm foram obtidos por meios que hoje seriam, no mínimo, considerados ilícitos: "(...) os museus não só representaram mal {misrepresented} as outras culturas, como também as oprimiram e roubaram (...)." (Handler, 1985: 193). Apoiados nesta acusação de imperialismo cultural alguns grupos étnicos auto-conscientes da sua identidade cultural têm posto em causa a legitimidade da posse pelos museus ocidentais de artefactos que consideram sua propriedade cultural, como aconteceu em 1970 quando os Índios Onandaga reivindicaram ao New York State Museum a restituição de alguns dos seus objectos de culto.

Em conclusão e sinteticamente, podemos afirmar que a reaproximação aos museus por parte da antropologia, nos anos 80, resulta quer da pertinência epistemológica agora concedida à desconstrução dos modos de representação do conhecimento antropológico, quer do renovado interesse pelas implicações políticas dessas práticas representacionais. Para finalizar a análise a que nos tínhamos proposto falta apenas atender ao outro elemento do par antropologia/museus, ou seja, às transformações ocorridas na própria instituição museológica e suas práticas.

AS NOVAS PRÁTICAS MUSEOLÓGICAS

Reequacionando epistemológica e politicamente as actividades do museu, as reformulações internas da antropologia dos anos 80 possibilitam e sustentam o movimento de reaproximação da disciplina à instituição museológica. As suas práticas passam a ser merecedoras de atenção

porquanto são olhadas como construções veiculadoras de imagens do Outro extra-europeu de que importa desconstruir as subjacentes noções teóricas e mensagens ideológicas. Entretanto, um outro conjunto de factores suporta também aquela reaproximação entre antropologia e museus. O reinteresse dos antropólogos pela apresentação e colecções museológicas, assim como o teor das suas reflexões, conduz os museólogos a uma maior auto-consciência das implicações do seu trabalho. A percepção de que um modo de apresentação expositiva implica um determinado tipo de conhecimento assim como determinadas opções ideológicas e políticas, *i.e.*, de que qualquer apresentação expositiva nunca é neutra, conduz a que o próprio museu altere significativamente algumas das suas práticas. Conscientes de que a selecção e o modo de exposição de um objecto afecta a representação que construímos da cultura para que ele remete e o próprio tipo de conhecimento, os museólogos introduzem inovações nas práticas museológicas que vão desde a consideração dos contextos políticos e dos problemas actuais do quotidiano do Terceiro Mundo até ao recurso a novas tecnologias expositivas. Numa altura em que quer a posse física dos objectos etnográficos quer a representação das suas significações se tornam alvo de atenção crítica, o movimento no sentido da responsabilização política das práticas museológicas traduz-se, nomeadamente, no passar a atender-se ao próprio processo histórico da colecta e produção das colecções exibidas no museu: "A história da colecta e da recontextualização dos objectos não-ocidentais é agora, idealmente, uma parte de qualquer exposição." (Clifford, 1985: 245). Através deste equacionamento em termos expositivos das circunstâncias históricas da constituição das colecções, os museólogos não só se propõem o tratamento de

questões políticas que remetem inevitavelmente para a análise das relações de poder estabelecidas durante o período colonial, como reconhecem também o carácter construído e historicamente situado das representações culturais que elaboram.

Esta nova postura teórica e ideológica dos responsáveis pelos museus e pelas exposições suscita a adopção de outras inovações, traduzindo-se uma delas no alargamento dos comissariados das exposições. Estes passam a ser constituídos por equipas pluridisciplinares que incluem não só diversos profissionais do museu para além dos próprios conservadores e antropólogos, mas também, em alguns casos, membros dos grupos étnicos a que os objectos expostos pertencem.⁷ Incluindo ou não membros das próprias comunidades representadas, a constituição destes comissariados pluridisciplinares tem subjacente o reconhecimento da necessidade de levar em consideração vários pontos de vista, ou seja, sistemas de valor e representações alternativos, através dos quais é possível criticar e/ou explicitar o carácter construído e relativo da representação museológica. Isso poderá ser alcançado quer recorrendo a uma “negociação” ou consulta mais ou menos efectiva com o grupo étnico representado na exposição, quer através de exibição de vários contextos de significação dos mesmos objectos. Tentando equacionar as mudanças necessárias para que o museu desempenhe melhor a sua missão educacional e promova um multiculturalismo efectivo, M. Kahn, num artigo recente, advoga o estreitamento da colaboração “(...)

entre pessoas com conhecimento sobre práticas museológicas e aquelas com conhecimento sobre assuntos culturais.” (1995: 336) como uma das alterações que urge generalizar. Como via alternativa refere as “exposições pós-modernas” (ibidem) que, ao exporem intencionalmente fingidas realidades ou representações de representações, podem igualmente contribuir para a renovação do papel do museu.

Mas a problemática e a atenção dispensada aos modos de representação e o debate sobre as qualidades objectivas dos artefactos, ao repercutirem-se no museu, suscitam também mudanças nas próprias práticas expositivas. Uma das alterações mais significativas é a superação da ligação privilegiada, ou exclusiva, da exposição aos aspectos estético-formais dos objectos e a sua nova aptidão para exhibir, agora, temas ou problemáticas especificamente antropológicas. As novas exposições passam a apoiar-se mais em *temas-ideias* do que nos objectos em si, substituindo-se os anteriores ordenamentos formais e/ou funcionais dos artefactos por ordenamentos muitas vezes narrativos. Os objectos etnográficos passam a ser utilizados essencialmente como ponto de partida através dos quais se tenta ilustrar, remeter e/ou questionar a “história” que se pretende contar.

A emergência desta nova modalidade expositiva que é a exposição temática e os esforços para a sua efectiva concretização estão estreitamente relacionados com a criação de instalações museográficas também elas distintas, ou até em alguns casos desafiadoramente distintas, das anteriormente convencionadas. Numa exposição em que se pretende dar a ver não objectos em si mas sim um tema ou

⁷ Veja-se a propósito o artigo de J. Clifford (1991), *Four Northwest Coast Museums: Travel Reflections*, onde se compara o resultado de quatro exposições, entre outros factores, em função dos níveis de participação dos membros das comunidades representadas na construção dessas apresentações museológicas.

problemática antropológica, cujo conteúdo são ideias ou reflexões não facilmente materializáveis mas para as quais se quer remeter os visitantes, novas estratégias expositivas têm que ser accionadas. De entre elas merece destaque o recurso a múltiplos suportes expositivos através dos quais se tenta, nomeadamente, integrar na exposição outras dimensões sensitivas que não apenas as visuais mas também sensações tácteis, auditivas e mesmo olfactivas. Assim, para além dos objectos etnográficos aparecerem expostos de forma menos distanciada, possibilitando-se muitas vezes o próprio contacto físico dos visitantes com eles, a exposição temática tende a conceder uma importância acrescida aos efeitos de luz, cor e som, passando a incluir também diversos registos sonoros e de imagem. Por outro lado, para atingir o objectivo desejado que é a explanação em termos expositivos do tema seleccionado, estas inovadoras montagens tendem também a utilizar de forma mais alargada o texto escrito, não o limitando às tradicionais legendas que de modo absolutamente unívoco e redutor identificavam e/ou descreviam sumariamente os artefactos expostos. Todos estes suportes expositivos constituem-se como outros tantos meios que, em paralelo com os artefactos, contribuem para que a exposição materialize expositivamente o seu tema.

Uma outra estratégia expositiva agora adoptada é a exibição de objectos etnográficos, *i.e.*, dos clássicos artefactos exóticos, lado a lado com objectos quotidianos da sociedade ocidental. Utilizado de forma sistemática pelo Musée d'Ethnographie de Neuchâtel nas suas exposições temporárias que surgem com a regularidade de uma por ano, este recurso expositivo tem sido, desde 1982, um dos suportes fundamentais da "museologia reflexiva" (Clifford, 1985) realizada

sob a orientação de Jacques Hainard naquele museu. Confrontando num mesmo espaço — uma vitrine ou uma secção da exposição — objectos etnográficos "clássicos" e objectos contemporâneos ocidentais — por exemplo, latas de conserva ou bonecas *Barbie* -, esta estratégia expositiva que rompe com os cânones tradicionais da apresentação museográfica mostra-se um instrumento útil para equacionar o próprio estatuto do objecto de museu (Hainard, 1985). Através desta confrontação e das interrogações que ela pode provocar — os objectos utilizados no dia à dia são ou não objectos etnográficos? e estes podem ou não ser objectos quotidianos? ou os objectos quotidianos são-no apenas quando entram num museu? e quem decide da sua entrada? — tenta-se suscitar nos visitantes uma reflexão crítica não só sobre o significado relativo dos objectos mas também sobre quem detém a autoridade para determinar o seu significado. Em resumo, a emergência da exposição temática e os esforços envidados para a sua concretização acabam por promover uma outra inovação que é a extensão da noção de objecto etnográfico e, concomitantemente, da própria noção de museu etnográfico. Para além dos objectos de três dimensões, cuja categoria foi ela própria alargada pela inclusão de objectos contemporâneos ocidentais, as novas instalações museográficas tendem a recorrer também a uma multiplicidade de outros suportes expositivos através dos quais se tenta concretizar o tratamento efectivo da respectiva temática.

Uma última inovação que importa referir é a nova concepção do museu como espaço de realização de exposições temporárias sucessivas. Até sensivelmente aos anos 80, mesmo que o museu pudesse abrigar pontualmente alguma exposição temporária, a sua actividade expositiva era concebida como traduzindo-se essencialmente

numa exposição permanente, através da qual se consagrava em termos mais ou menos definitivos uma noção de museu acabado (Hainard, 1985). Esta concepção do museu, ainda que os acervos pudessem ir aumentando e a situação política, económica e social das culturas representadas se fosse alterando, condenava-o a uma fixidez expositiva que facilmente se transformava em anacrónica, quer em relação às realidades etnográficas quer relativamente às reformulações do campo disciplinar. Através da realização de exposições temporárias sucessivas o museu é obrigado a um permanente trabalho de pesquisa e conceptualização museográfica que favorece a sua constante actualização, quer em termos de perspectivas teóricas quer em termos de estratégias expositivas. Além disso, pela concretização sucessiva destas exposições o museu torna-se o espaço de um acontecimento que, repetindo-se regularmente no tempo, faz aumentar o seu poder atractivo sobre os visitantes, mostrando-se também capaz de promover e suscitar o debate e a reflexão dos próprios antropólogos, assim como a crítica cultural da própria sociedade.

Tentando equacionar os factores explicativos do recente movimento de reaproximação entre a antropologia e os museus, analisamos as redefinições internas da disciplina e as novas linhas orientadoras da prática museológica/museográfica. Do exposto e em conclusão, esperamos ter tornado claro o seguinte: — Dado os contextos teórico, ideológico e epistemológico contemporâneos, o museu e as suas actividades surgirão cada vez mais como um dos lugares privilegiados da atenção e produção antropológica.

BIBLIOGRAFIA

- AMES, MICHAEL
1991. "Biculturalism in Exhibitions", *Museum Anthropologist*, 15 (2), pp 7-15.
- AMES, MICHAEL
1992 *Cannibal Tours and Glass Boxes: The Anthropology of Museums*, Vancouver, University of British Columbia Press.
- APPADURAI, ARJUN, ED.
1986 *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press.
- ARNOLDI, M J.,
1992 "A Distorted Mirror: the Exhibition of the Herbert Ward Collection of Africana", in *Museums and Communities: Debating Public Culture*, Washington, Smithsonian Institute Press, pp 428-457.
- BAL, MIEKE
1992 "Telling, Showing, Showing off", *Critical Inquiry*, 18, pp. 556-594.
- BARBER, LYNN
1980 *The Heyday of Natural History, 1820-1870*, Garden City, New York, Doubleday.
- BENNET, TONY
1995 *The Birth of the Museum*, London, New York, Routledge.
- BOUQUET, MARY
1991 "Images of Artefacts", *Critical Anthropology*, 11(4), pp 333-356.
- BOURDIEU, PIERRE
1984 *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*, Cambridge, Harvard University Press.
- BOURDIEU, P., DARBEL, A., SCHNAPPER, D.
1991 *The Love of Art: European Art Museums and Their Public*, Stanford, Stanford University Press.

- CHAPMAN, WILLIAM R.
1985 "Arranging Ethnology: A.H.L.F. Pitt Rivers and the Typological Tradition", in STOCKING, G. (ed), *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture*, Madison, University of Wisconsin Press.
- CLIFFORD, JAMES
1985 "Objects and Selves - An Afterword", in STOCKING, G. (ed), *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture*, Madison, University of Wisconsin Press, pp 236-246.
- CLIFFORD, JAMES
1986 "On Ethnographic Allegory. In Making Ethnography", in CLIFFORD, J. AND MARCUS, G. (eds.), *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography* Berkeley, University of California Press, pp 98-121.
- CLIFFORD, JAMES
1988 *The Predicament of Culture*. Twentieth Century Ethnography, Literature and Art, Cambridge, Harvard University Press.
- CLIFFORD, JAMES
1991 "Four Northwest Coast Museums", in KARP I, AND LAVINE S. (eds.), *Exhibiting Cultures: The Poetics and Politics of Museum Display*, Washington D.C., Smithsonian Institute Press, pp 212-254.
- COLE, DOUGLAS
1985 *Captured Heritage: The Scramble for Northwest Coast Artifacts*, Seattle, University of Washington Press
- CRAPANZANO, VICENT
1980 *Tuhami: Portrait of a Moroccan*, Chicago, University of Chicago Press.
- DIAS, NÉLIA
1991 *Le Musée d'ethnographie du Trocadéro (1878-1908). Anthropologie et museologie en France*, Paris, Editions du C.N.R.S..
- DUARTE, ALICE
1997 *Coleções e Antropologia: Uma Relação Variável Segundo as Estratégias de Objectivação do Saber*, Braga, Universidade do Minho (Tese de Mestrado, não publicada)
- DURRANS, BRIAN
1990 "The Future of the Other: Changing Cultures on Display in Ethnographic Museums", in LUMLEY R. (ed.), *The Museum Time-Machine: Putting Cultures on Display*, London, Routledge, pp 144-169.
- FABIAN, JOHANNES
1983 *Time and the Other: How Anthropology Makes Its Object*, New York, Columbia University Press.
- GEERTZ, CLIFFORD
1973 *The Interpretation of Cultures*, New York, Basic Books.
- GEERTZ, CLIFFORD
1983 *Works and Lives. The Anthropologist as Author*, Stanford, California, Stanford University Press.
- GLUCKMAN, MAX
1959 "The Use of Ethnographical Data in Social Anthropological Analysis in Britain", in *World Congress of Sociology*, Stress, pp. 245-267.
- GLUCKMAN, MAX
1963 *Order and Rebellion*, London, Cohen & West.
- HAINARD, JACQUES
1985 "Le Musée, Cette Obsession", *Terrain*, n° 4, pp106-109.
- HANDLER, RICHARD
1985 "On Having a Culture: Nationalism and the Preservation of Quebec's Patrimoine" in *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture*, G. Stocking ed., Madison, University of Wisconsin Press.
- HANDLER, RICHARD
1992 "On the Valuing of Museum Objects", *Museum Anthropology*, vol. 16, n° 1, pp 21-28.
- HARMS, V.
1990 "The Aims of the Museum for Ethnology: Debate in the German-speaking Countries", *Current Anthropology*, 31(4), pp 457-463.

HINSLEY, CURTIS M.

- 1991 "The World as Market-place: Commodification of the Exotic at the World's Columbia Exposition, Chicago, 1893", in KARP, I. AND LAVINE, S. (eds.), *Exhibiting Cultures: The Poetics and Politics of Museum Display*, Washington DC, Smithsonian Institution Press, pp 344-365.

HODDER, I., ED.

- 1989 *The Meanings of Things; Material Culture and Symbolic Expression*, London, Unwin Hyman.

HOOPER-GREENHILL, E.

- 1989 "The Museum in the Disciplinary Society", in PEARCE, S. M. (ed.), *Museum Studies in Material Culture*, London, Leicester University Press, pp 61-72.

HORNE, DONALD

- 1984 *The Great Museum: The Re-representation of History*, London and Sydney, Pluto Press.

JACKNIS, IRA

- 1985 "Franz Boas and Exhibits: On the Limitations of the Museum Method of Anthropology", in STOCKING, G. (ed.), *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture*, Madison, University of Wisconsin Press, pp 75-111.

JAMIN, JAMIN

- 1982 "Objets trouvés des paradis perdus. A propos de la mission Dakar-Djibouti", in HAINARD E KHAERT (eds.), *Collections Passion*, Neuchâtel, Musée d'Ethnographie, pp 69-100.

JORDANOVA, LUDMILA

- 1989 "Objects of Knowledge: A Historical Perspective on Museums", in PETER VERGO (ed.), *The New Museology*, London, Reaktion Books, pp 22-40.

KAHN, MIRIAM

- 1995 "Heterotopic Dissonance in the Museum Representation of Pacific Island Cultures", *American Anthropologist*, 97 (2), pp 324-338.

KEUREN, DAVID K. VAN

- 1989 "Cabinets and Culture: Victorian Anthropology and the Museum Context", *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, n° 25, pp 26-39.

KOPYTOFF, IGOR

- 1986 "The Cultural Biography of Things: Commoditization as Process", in APPADURAI, A. (ed.), *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press, pp 64-94.

LEVINE, GEORGE

- 1993 "Looking for the Real: Epistemology in Science and Culture", in LEVINE, G. (ed.), *Realism and Representation. Essays on the Problem of Realism in Relation to Science, Literature and Culture*, Madison, The University of Wisconsin Press, pp 3-23.

LURIE, NANCY

- 1981 "Museumland Revisited", *Human Organization*, 40, pp 180-187.

MACK, JAMES

- 1990 *Emil Torday and the Art of the Congo*, London, British Museum.

MARCUS, GEORGE AND CUSHMAN, DICK

- 1982 "The Ethnographies as text", *Annual Review of Anthropology*, vol 11, pp 25-69.

MERRIMAN, N.

- 1989 "The Social Basis of Museum and Heritage Visiting", in PEARCE, S. M. (ed.), *Museum Studies in Material Culture*, London, Leicester University Press, pp 153-171.

ONG, WALTER J.

- 1982 *Orality and Literary*, London, Methuen.

OROSZ, J.J.

- 1990 *Curators and Culture: The Museum Movement in America, 1773-1870*, Tuscaloosa, University of Alabama Press.

RABINOW, PAUL

- 1977 *Reflections on Fieldworks in Moroccan*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press.

RABINOW, PAUL

- 1985 "Fantasie dans la Bibliothèque. Les Représentations Sont des Faits Sociaux: Modernité et Post-modernité en Anthropologie", *Études Rurales*, Janv-Juin.

- RORTY, RICHARD
1979 *Philosophy and the Mirror of Nature*, Princeton, Princeton University Press.
- SHELTON, ANTHONY
1992 "The Recontextualization of Culture", *Anthropology Today*, vol.8, n° 5, pp 11-16.
- STOCKING, GEORGE W.
1982 "Afterword: A View from the Center", *Ethnos*, 1-2, vol. 47, pp 172-186.
- STOCKING, GEORGE W.
1985 "Philanthropoids and Vanishing Cultures: Rockefeller Funding and the End of the Museum Era in Anglo-American Anthropology", in STOCKING, G. W. (ed.), *Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture*, Madison, University of Wisconsin Press, pp 112-145.
- STOCKING, GEORGE W.
1987 *Victorian Anthropology*, New York, London, Free Press.
- STRATHERN, MARILYN
1988 "Acontecimentos Históricos e a Interpretação de Imagens" in *Catálogo Artefactos Melanésios, Reflexões Pós-modernistas*, Lisboa, Museu de Etnologia, IICT, pp 147-156.
- TILLEY, C. ED.
1990 *Reading Material Culture: Structuralism, Hermeneutics and Post-structuralism*, Oxford, Blackwell.
- THOMAS, N
1989 "Material Culture and Colonial Power: Ethnological Collecting and the Establishment of Colonial Rule in Fiji", *Man*, 24 (1), pp 41-56.
- THOMAS, N
1991 *Entangled Objects: Exchange, Material Culture and Colonialism in the Pacific*, Cambridge, Harvard University Press.
- TREVOR-ROPER, HUGH.
1983 "The Invention of Tradition: The Highland Tradition of Scotland", in HOBSBAWM, E. and RANGER, T. (eds.), *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, pp 15-42.
- TYLER, STEPHEN
1986 "Postmodern Ethnography: From Document of the Occult to Occult Document", in CLIFFORD, J. AND MARCUS, G. (eds.), *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*, Berkeley, University of California Press, pp 122-140.
- VERGO, PETER
1989 "Introduction", in VERGO P. (ed.), *The New Museology*, London, Reaktion Books, pp 1-5.